2

3

4

5

6

7

8

9

10 11

12

13

14 15

16 17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29 30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41 42

43

44

45

46

47

48

Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo

MINUTA DA ATA DA 5º REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2021 DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DOS RIOS MOGI-GUAÇU E PARDO (GD6), REALIZADA NO DIA 14 DE OUTUBRO DE 2021 POR VIDEOCONFERÊNCIA

Aos quatorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas, deu-se início a 5ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçú e Pardo (CBH Mogi-Pardo GD6), realizada de forma não presencial, pela plataforma Teams, para discussão dos seguintes itens de pauta: Item I - Abertura da sessão pelo Presidente do Comitê, execução do Hino Nacional, verificação de quórum e leitura das justificativas de ausência; Item II - Aprovação da Ata da 4ª Reunião Ordinária do dia 10/08/2021; Item III - Deliberação sobre a participação do CBH GD6 na Comissão das Águas da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal de Poços de Caldas, conforme apresentação na última reunião e conforme documento anexo a esta convocação elaborado pelos conselheiros José Edilberto Rezende e Irinéia Ardisson – Se este comitê permanece participando na citada comissão ou não. Se permanecer, com indicação de novos representantes ou mantendo os mesmos; Item IV - Apresentação de proposta de trabalho sobre a Mobilização da Sociedade para com o CBH GD6; Item V – Apresentação sobre o andamento dos trabalhos da Câmara Técnica de Plano Diretor, pelo coordenador Sr. Antônio Carlos Sales; Item VI - Criação de propostas de encaminhamentos sobre o caso das outorgas aprovadas que o CBH indeferiu; Item VII - Assuntos Gerais e Item VIII - Encerramento. Membros presentes: Na reunião estiveram presentes 32 (trinta e dois) membros, representando 28 (vinte e oito) Instituições, sendo os seguintes membros da Diretoria: o Presidente Rogério Araújo Dias (Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento -ASSEMAE) e a Secretária Rafaela Macedo Soares (Prefeitura Municipal de Guaxupé) e os seguintes Conselheiros: Tales Roberto da Silva (Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais - CBMMG), Newton Eleutério Ramos (Polícia Militar do Estado de Minas Gerais - PMMG), Eduardo de Araújo Rodrigues (Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM), Leonel Satiro de Lima (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER), Aparecido Venâncio Martins (Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA), Tamires Freitas de Camargo (Polícia Civil de Minas Gerais), Renato Pan (Instituto Estadual de Florestas - IEF), Juvenal Nogueira Marques (Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD), representantes do PODER PÚBLICO ESTADUAL: Antônio Carlos Ferreira de Carvalho (Prefeitura Municipal de Bandeira do Sul), Priscila Magne Bueno (Prefeitura Municipal de Santa Rita de Caldas), Samira Fróes de Oliveira (Prefeitura Municipal de Bueno Brandão), Giovanna Ferreira Nascimento (Prefeitura Municipal de Caldas), Joelmar Lucas Andrade (Prefeitura Municipal de Poços de Caldas), Claudio Junior Araújo (Prefeitura Municipal de Andradas), Camilla Batista de Oliveira (Prefeitura Municipal de Muzambinho), representantes do PODER PÚBLICO MUNICIPAL; Mário Montingelli Neto (Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA), Renato Nogueira Pizol (Alcoa Alumínio S.A.), Fábio Augusto Zincone (DME Energética S.A.), Heloísa Bertoli (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais -FIEMG), Laene Fonseca Vilas Boas (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG), representantes dos USUÁRIOS; Antônio Carlos Sales (Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Andradas - ASSEA), José Edilberto da Silva Resende (Associação Poços Sustentável - APS), Kelly Ribeiro de Andrade



50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89 90

91

92

93

94

95

96

Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo

Almeida Di Tomazzi (Agência Regional de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Grande – ARPA Rio Grande), Josina Aparecida de Carvalho (Agência Regional de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Grande – ARPA Rio Grande), Irinéia Ardissom da Silveira Souza (ONG Planeta Solidário), Maria Teresa Mariano (Sociedade Mineira de Cultura - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG Campus Poços de Caldas), Ana Paula Brescancini Rabelo (Sociedade Mineira de Cultura - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG Campus Poços de Caldas), Ângela Maria Martins Marques dos Santos (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA MG), Valnei José de Melo (Nascentes do Alto do Rio Pardo e seus afluentes - NARP) e Sebastião Marcos Vilela (Instituto Federal do Sul de Minas - Campus Muzambinho), representantes da **SOCIEDADE CIVIL.** Também estiveram presentes os seguintes convidados: **Thiago** Figueiredo Santana (Gerente do IGAM), Katiane Brito (Responsável pela Gerência de Monitoramento e Qualidade do IGAM); Item I - A reunião foi aberta pelo Presidente Rogério, o qual agradeceu a presença de todos e desejou uma boa reunião. Na seguência, ele solicitou a execução do Hino Nacional e convidou todos a cantarem. Verificou-se o quórum e a secretária fez a leitura das justificativas de ausências. Em seguida, passou-se para o Item II – Aprovação da Ata da 4ª Reunião Ordinária do dia 10/08/2021; Sem manifestações contrárias, a referida ata foi aprovada; passou-se portanto para o Item III - Deliberação sobre a participação do CBH GD6 na Comissão das Águas da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal de Poços de Caldas, conforme apresentação na última reunião e conforme documento anexo a esta convocação elaborado pelos conselheiros José Edilberto Rezende e Irinéia Ardisson – Se este comitê permanece participando na citada comissão ou não. Se permanecer, com indicação de novos representantes ou mantendo os mesmos; os conselheiros Edilberto e Irinéria falaram sobre sua participação na Comissão das Águas e sobre o fato de entenderem que o Comitê não deve participar como membro efetivo, apenas acompanhar. Foi aberta a votação onde ficou definido que o Comitê deve realmente se retirar da Comissão das Águas. A Conselheira Ângela justificou o seu voto ressaltando que esta participação na Comissão não consta na Lei 13.199 e nem no Regimento Interno, mas que, no entanto, o Comitê deve auxiliar em tudo que puder. dando suas contribuições sempre que necessário. Portanto, o Presidente Rogério disse que será encaminhado um ofício àquela Comissão agradecendo a participação do Comitê até o momento, mas que a Plenária entendeu que o Comitê deve se retirar da Comissão, pelos motivos já expostos. O conselheiro José Edilberto complementou dizendo que o motivo maior desta saída é a possibilidade da Comissão utilizar alguma fala dos representantes do Comitê impropriamente, trazendo prejuízos para o Comitê, além de ter outras demandas urgentes. Mas concordou com a conselheira Ângela que o Comitê deve contribuir sempre que necessário para a Comissão das Águas e qualquer outra entidade/instituição que solicitar a colaboração do Comitê. A Conselheira Ângela pediu a palavra e solicitou que todo convidado se apresente com a câmara aberta e som para conhecimento de todos os conselheiros e como palavra de ordem, terão a palavra apenas aqueles que se inscreverem no início da reunião, conforme regimento. Os demais que desejarem assistir a reunião, podem assistir e participar pelo YouTube. Sobre as reuniões de 2022 ficou definido que as reuniões serão mistas, isto é, presencial porém com chamada de vídeo ativa. Passou-se portanto para o Item IV - Apresentação de proposta de trabalho sobre a Mobilização da Sociedade para com o CBH GD6; O presidente Rogério propôs pela ativação da Câmara Técnica de Mobilização,



98

99

100

101

102

103

104

105

106107

108

109

110111

112113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137138

139

140

141

142

143

144

Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo

Divulgação e Educação Ambiental – CTMDE para que a mesma ajude nos trabalhos de divulgação do Comitê e na realização de oficinas como bem exemplificou o conselheiro Antônio Carlos, coordenador da CTPD, e em seguida os conselheiros votaram a favor da ativação da CTMDE, passando-se para o Item V - Apresentação sobre o andamento dos trabalhos da Câmara Técnica de Plano Diretor, pelo coordenador Sr. Antônio Carlos Sales; Foi feita a apresentação das atividades da Câmara Técnica do Plano Diretor pelo coordenador da CTPD, o conselheiro Antônio Carlos, e pela secretária da CTPD, a conselheira Rafaela, que discorreram sobre a discrepância observada nas respostas da SEMAD e dos Municípios acerca da disposição final de resíduos sólidos urbanos. Ainda, foi solicitado pela Conselheira Ângela que o Comitê encaminhe à SEMAD uma consulta sobre a mudança da antiga Gerência de Resíduos – GERURB para a SEMAD para melhor informar os Municípios. Em seguida passou-se para o Item VI - Criação de propostas de encaminhamentos sobre o caso das outorgas aprovadas que o CBH indeferiu; Foi discutido o fato das outorgas que são indeferidas pelo Comitê e aprovadas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos -CERH. A Conselheira Maria Teresa pediu a palavra onde pediu a inclusão de sua fala na ata e outros conselheiros se posicionaram a favor da inclusão, a saber: "Este assunto é triste, mas nós, todos os conselheiros que votamos contra estas duas outorgas, estamos conscientes das possíveis consequências futuras que possam ocorrer e que se isto acontecer, que figue constado em ata que os responsáveis são o Conselho Estadual e o próprio Estado de Minas Gerais. Porque nós estamos lidando, principalmente em um dos casos, em que a sociedade civil é exposta, um empreendimento somente, colocando em risco numa grande chuva, enchentes, além de prejuízos para muito mais pessoas, onde pode ocorrer algum acidente ou coisa pior. Já tivemos o caso do Bretas que nos deixou bem alertas. Os conselheiros fizeram um trabalho perfeito, a Câmara Técnica trabalhou e muito me espantou a falta de diálogo entre o CERH de Minas Gerais que nem seguer se reportou ao Comitê para querer entender o que aconteceu, quais são as especificidades do local que levaram o Comitê a negar estas 2 outorgas. Porque é uma falta de consideração e respeito ao trabalho local e enquanto os conselheiros, de um modo geral, não entenderem que o nosso papel aqui é defender as águas e a vida de um modo geral, que é um trabalho de defesa para a coletividade, se não há este entendimento, então que se troquem os conselheiros, pois assim como o conselheiro Antônio Carlos Sales vem trabalhando há muitos anos em prol do Plano Diretor da bacia, tem que se pensar no todo da bacia hidrográfica." E finalizou a sua fala sugerindo que o Comitê oficialize ao CERH MG que, como eles não consultaram o Comitê e não sabem os problemas locais, então eles são os responsáveis pelo que vier a acontecer. Caso contrário, não justifica tanto estudo e análise por parte dos conselheiros, e reforçou que "ninguém aqui é contra empreendimento nenhum, pelo contrário, temos que ter a capacidade de sugerir ao empreendedor também um lugar mais propício para a obra, onde não haja risco para ninguém, isto se chama zoneamento ambiental inteligente, no qual se busca áreas mais propícias para o desenvolvimento de determinados empreendimentos e atividades". O conselheiro Juvenal concordou e complementou dizendo que o ideal seria fazer um ofício à SEMAD dizendo que não é plausível a metodologia hoje utilizada, que a regra em relação à autorização das outorgas pelo Comitê tem que ser mudada, e a conselheira Ângela disse que o CERH está cumprindo formalmente o artigo 43 da Lei 13.199 que diz no seu artigo 5º que estes empreendimentos considerados de grande porte e que são potenciais poluidores, devem ser aprovados pelo Comitê. E o presidente Rogério fez uma pergunta: dentro de um



146

147

148

149

150

151

152

153

154155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185 186

187

188

189

Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo

processo de outorga de grande porte, onde tem a participação da opinião pública? O a conselheiro Juvenal respondeu que é somente no Comitê. Portanto, ele concluiu que a participação do Comitê é de grande relevância e o conselheiro Juvenal concluiu dizendo que a participação do Comitê foi desconsiderada pelo CERH. O conselheiro Edilberto solicitou que todas as manifestações sejam registradas em ata, para que não se abram precedentes contra o Comitê, definindo-o como um simples "carimbador". O conselheiro Leonel sugeriu que seja encaminhado um ofício à CERH questionando o porquê da desconsideração do Comitê de Bacias em relação às 2 outorgas, pois é preciso que eles encaminhem ao Comitê a ata da reunião de aprovação das 2 outorgas e a fundamentação técnica para que esta aprovação ocorresse, antes de encaminhar um ofício à SEMAD. O presidente Rogério sugeriu portanto que a CTOC fizesse um documento a respeito e a Diretoria do Comitê questionasse o CERH sobre a situação através de um ofício porém a conselheira Maria Teresa sugeriu que se fizesse um documento "ad referendum" baseado nesta reunião de hoje. A conselheira Ângela sugeriu ainda que se envie em anexo o áudio da parte da discussão da plenária sobre este assunto ou o link da reunião com o tempo destacado do trecho onde se discutiu sobre o assunto para eles entenderem toda a dimensão do problema, pois é importante se reportar ao órgão gestor que é o IGAM e ao CERH. Em seguida, o presidente passou para o Item VII - Assuntos Gerais; o conselheiro Juvenal mencionou o "Projeto Conservador da Mantiqueira" onde foi exposto que a Diretoria está em contato com a Adriana Kfouri da ONG The Nature Conservancy para que a mesma possa fazer uma apresentação ao Comitê na próxima reunião ordinária. O conselheiro Joelmar reforçou as informações sobre o projeto dizendo que estão tentando implementá-lo em Poços de Caldas em parceria com o Mercado Livre e o presidente Rogério disse que convidará a Adriana para fazer a apresentação na próxima reunião ordinária. A conselheira Priscila Bueno pediu a palavra e detalhou mais sobre o projeto e os benefícios da restauração florestal com a parceria dos municípios. O conselheiro José Edilberto tomou a palavra e lembrou sobre os projetos e o processo eleitoral que acontecerá no ano que vem e lembrou que a presença dos Quiriris e das tribos indígenas no Comitê é fundamental, sugerindo que eles venham para o Comitê. A conselheira Laene sugeriu que os "assuntos gerais" incluam assuntos mais simples e curtos, e que sejam descritos na pauta, para não se estenderem. O presidente Rogério lembrou ainda que em relação à cobrança, foi sugerido pelos membros da CTOC na última reunião daquela CT que seja consultado às universidades contribuições sobre o tema antes da manifestação final do Comitê junto ao IGAM sobre a DN 68 e a conselheira Maria Teresa sugeriu a participação do Prof. Marcelo Pereira de Souza da USP de Ribeirão Preto na próxima reunião da CTOC, pois o mesmo se dispôs a falar sobre o tema, diante da larga experiência e conhecimento que possui. Falou ainda sobre a necessidade de escolher um novo coordenador para a CTOC, e somente o conselheiro Paulo Pereira se dispôs a assumir esta função, mas que seria necessário todos estarem de acordo. Portanto, fez o convite à todos os membros para que se manifestem por e-mail, caso tenham interesse. Foi ainda sugerido que a planilha de rotina do Comitê seja retirada dos assuntos gerais para possibilitar uma melhor discussão. Logo em seguida, o presidente Rogério agradeceu a participação de todos e a produtividade da reunião. Nada mais havendo a tratar, a 3ª Reunião Extraordinária do CBH Mogi/Pardo (GD6) foi encerrada às 12h10min.